



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11129 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

DOS ESTUDOS CURRICULARES CRÍTICOS E (PÓS) CRÍTICOS

Katya Bonfim Ataides Smiljanic - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

DOS ESTUDOS CURRICULARES CRÍTICOS E (PÓS) CRÍTICOS

INTRODUÇÃO

Para Pacheco (2013) a teoria crítica é um conceito histórico a ser analisada a partir das concepções do estruturalismo e do pós-estruturalismo, das dinâmicas sociais e do conceito de ideologia que orientam as análises, especialmente em estudos curriculares. Construir o presente histórico é tarefa para um coletivo de sujeitos que na condição de teóricos críticos tem pensamentos relacionado à luta, defende que a verdade está associada aos interesses sociais, à prática e a técnica dos saberes.

O tempo pós-moderno é marcado pela relativização do passado e do futuro, pelo “fim das utopias e das certezas”, da desconstrução do sentido de verdade fundada na experiência, “na objetividade, na natureza ou na evidência matemática” e da concepção de um ser humano consciente de seus direitos que busca por uma sociedade justa e igualitária. (LOPES, 2013, p. 8). Dessa forma, o presente é o saudosismo daquilo que não existiu e não foi vivenciado na história.

As teorias pós-críticas surgem no Brasil a partir da década de 1990, sob a influência de uma modernidade fluida e provocam reflexões e negociações de espaço no âmbito político e acadêmico, constituindo híbridos teóricos que propuseram novas formas de entender o social. O indivíduo não é mais visto sob o prisma universal, mas pela identidade e diferenças múltiplas e plurais rompendo com o paradigma crítico e a postura de denúncia para escutar os atores que são agora resultados da hibridação de várias culturas (PACHECO, 2013), porém,

Young (2010) pontua que quando o conhecimento é reduzido a pontos de vistas particulares a polarização pode ser inevitável.

Neste contexto, este trabalho de cunho bibliográfico, teve por objetivo entender as contribuições das teorias críticas e pós-críticas para o campo do currículo.

DESENVOLVIMENTO

A teoria crítica preocupa-se com a metodologia e a validação do conhecimento científico, tem vocação interdisciplinar, mas se recusa a servir o poder político e econômico, identifica conflitos de interesses na sociedade, além de ter aspirações utópicas pautados na ética, em valores universais e transformações sociais. O pensamento crítico promove a emancipação e autonomia, analisa contextos a partir de conceitos de classe, raça, gênero, ideologia hegemonia entre outros. Quando o método é aplicado à análise de estudos curriculares revela normas, poderes e forças de grupos dominantes dando oportunidade de resistir e/ou interferir nos mecanismos de reprodução utilizados. A maior dificuldade encontrada ao trabalhar com as teorias críticas está na proposta de alternativas para sociedade em sua totalidade, não conseguindo, portanto, dar conta dessa tarefa. (PACHECO, 2013).

As teorias pós-críticas negam as teorias críticas e consideram o gradualismo e seu movimento linear e progressivo uma utopia. Lopes (2013) justifica seu afastamento do gradualismo ao trabalhar com o “hibridismo entre e nas correntes teóricas” uma tentativa de compreender as relações de espaço/tempo. Entende o termo pós-crítico como ambíguo, vago e impreciso por não abarcar todas as teorias que emergem na pós-modernidade em busca de ressignificação do mundo, porém não o considera como errado, pois encontra utilidade no contexto em que foi produzido e aplicado. (LOPES, 2013, p. 10).

Os estudos pós-críticos questionam o indivíduo com identidade pré-determinada e simultaneamente desequilibram a noção de currículo e seus projetos para o futuro que prometem emancipação do sujeito e transformação social. Verdades e certezas são questionadas assim como, o próprio conhecimento a ser ensinado, não havendo consenso sobre o passado e o presente, que por sua vez formarão o futuro. As diferenças contingentes (gênero, sexualidade, etnia, raça, região, religião entre outras) são significativas e demandam um currículo multicultural acusado de contribuir para a despolíticação por não aglutinar os indivíduos para as causas coletivas e lutas utópicas em função da fragmentação do currículo político proposto pela teoria crítica. (LOPES, 2013).

Porém, a autora acredita que a política busca produzir estabilidade, mas quando não se tem base racional e nem garantias, a hiperpolíticação se instala fazendo da política um exercício de decisão, que por não ter articulação hegemônica carrega consigo o risco da indeterminação, podendo ser um ato de poder provisório. A ausência da racionalidade no

exercício de poder amplia e torna a luta permanente e sem regras definidas. Essa imprevisibilidade em relação ao futuro, faz da transformação social como um projeto do currículo ser “pensada considerando que a política de currículo é um processo de invenção do próprio currículo e, com isso, uma invenção de nós mesmos”. (LOPES, 2013, p. 21).

Macedo (2006) enfatiza que o conceito de currículo se apresenta dicotomizado por articulações entre o currículo formal e o currículo em ação, sofre influências políticas que levam a hierarquização do poder, elementos que dificultam reflexões sobre e além da prescrição. Dessa forma, propõem que o currículo seja pensado como um espaço de produção cultural que possa desconstruir a dicotomia, pois o relevante é entender como as dimensões diferentes do currículo se associam com a cultura, caracterizada pelo objeto de estudo e a cultura que a escola produz.

Entende que o currículo não é um território contestado, mas como resultado de prática cultural em que prevalece a negociação entre o controle e a resistência, percorrendo caminhos diferentes da luta pela legitimação. Ignorar ou desafiar o currículo como fato (prescrito/cultura escolar) e valorizar o currículo como prática (alternativo/cultura da escola), é um ato de resistência, porém não basta enfatizar o currículo como prática, para tornar a escola e o currículo espaços de produção cultural, é preciso ter compreensão histórica do campo. (MACEDO, 2006).

Assim, o currículo híbrido é construído por culturas que negociam com as diferenças, proporcionam interações entre espaço e tempo que transitam em fronteiras de saberes onde não existem significados puros. No hibridismo, discursos globais e locais negociam sua existência ou inexistência ao renunciar à identidade baseada em raízes de qualquer natureza. Os discursos globais estão presentes tanto nos documentos quanto nas ações de alunos e professores, são ambíguos e conduzidos pelo poder colonial que por sua vez, introduz estereótipos que se apresentam como fetiches responsáveis por mascarar as diferenças, fixar sentidos e eliminar o outro dessa história como se fosse a expressão do mal.

Portanto, lidar com o poder na perspectiva da construção de um currículo híbrido exige uma outra concepção de hegemonia que encadeie os saberes sem contestar as singularidades das diferenças, que permita negociar e rearticular em um espaço onde a diferença cultural e a discriminação estão presentes sem as referências políticas comumente usadas, como classe, raça e gêneros e dessa forma “negociar o inegociável” de forma solidária. (MACEDO, 2006, p. 111).

O papel das teorias críticas e pós-críticas é o de esclarecer permanentemente, alimentando projetos que se reconstróem através das relações com os elementos que nos cercam, com a sociedade, com a cultura, com o conhecimento, com as ações e modos de vida em um movimento contínuo para o qual não se tem receita, e “seguem um mesmo caminho, bifurcando significativamente no modo como se entende a valorização do social e do pessoal”. (PACHECO, 2013, p. 16).

Paraskeva (2019) descreve um cenário apocalíptico para um mundo que nos foi vendido como democrático pelo globalismo e que apresenta no século XXI, uma agenda bem-sucedida de extrema direita. Na verdade, é um mundo que mostra uma realidade excludente com crescente desigualdade social, que já teria se cansado do outro normalmente tratado como descartável, com retorno da escravidão, doenças reemergentes e pandemias, prenúncios de guerra e democracias em risco, e que convive em um ambiente com grandes avanços tecnológicos e biotecnológicos. Ao mesmo tempo em que anuncia a obsolescência do conceito de ideologia, o utiliza na consolidação do eurocentrismo hegemônico ocidental que promove o epistemicídio e uma educação a partir de currículos epistemicidas.

Para o autor, o capitalismo é sustentado por uma crise permanente que explora e produz desigualdades e segregação. Colabora com uma ordem imperialista que mesmo ameaçada pelo fantasma da alteridade se mantém dividindo o planeta por uma linha imaginária em que o Norte mantém a sua humanidade impondo limites e regras a serem cumpridas pelo Sul, onde não existe pecado, produzindo sub-humanidades. (PARASKEVA, 2019).

Nesse contexto, as teorias críticas têm sido incapazes de dar respostas aos problemas contemporâneos e em contrapor a agressividade das políticas neoliberais que também vão assumir posturas “críticas” por conveniência. Houve conquistas significativas que são atribuídas, em especial, a atuação da geração da utopia, conquistas como direitos civis dos quais desfrutamos na atualidade, que são ignoradas e menosprezadas por muitos de nós. Porém, tais conquistas não tem conseguido sobreviver ao capitalismo tampouco romper com o epistemicídio que contou com a contribuição e a convivência de vertentes da teoria crítica de um modo inconsciente. (PARASKEVA, 2019).

O embate travado entre a tradição dominante e contra dominantes não fez de nenhuma a vitoriosa, ameaçou a velha ordem e o velho ser humano, mas não contribuiu para o surgimento do novo idealizado na utopia. Houve um vazio, uma melhoria que produziu a regressão aleatória e a involução curricular que por sua vez, estimulou o teorocídio, movimento que desqualifica professores e banaliza o ensino, obriga a cumprir modelos corporativos de escolarização que buscam apenas o desenvolvimento de habilidades técnica. A regressão aleatória estimula movimentos populistas que reforça a hegemonia eurocêntrica ocidental, promove epistemicídio e influencia os currículos.

Tal condição, exigiu reflexões a respeito do futuro das teorias críticas e da necessidade de descoloniza-las fazendo o percurso teórico do currículo itinerante, que desafia estruturas de autoridade, epistemicídios, desterritorializa currículos e campos de formação de professores, estimula o pensar e o questionar abrindo passagem para o trânsito entre espaços epistemológicos diversos e não somente da epistemologia eurocêntrica ocidental. (PARASKEVA, 2019).

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível inferir que a prática cultural que permeia a negociação entre o controle e a resistência tem favorecido a legitimação dos interesses do capital. Tal resultado pode ser o reflexo da falta de compreensão histórica (MACEDO, 2006) e dos elementos envolvidos no campo do currículo.

A proposta de construção de um currículo híbrido pautado em uma concepção diferente de hegemonia e de relação de poder, que seja capaz de articular a diferença cultural de forma solidária colocando em prática o currículo itinerante ofertado por Paraskeva (2019), propõe desafiar o epistemicídio e a epistemologia eurocêntrica ocidental, oportunizando o diálogo e a convivência harmônica entre os vários espaços epistemológicos.

Palavras-Chave: Currículo. Teorias críticas. Teorias Pós-Críticas.

REFERÊNCIAS

LOPES, A. R. C. Teorias pós-críticas, política e currículo. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 39, p. 7-23, 2013.

MACEDO, E. Currículo: Política, cultura e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.2, p. 98-113, Jul/Dez 2006.

PACHECO, J. A. Teoria (pós) crítica: passado, presente e futuro a partir de uma análise dos estudos curriculares. **Revista e-Curriculum**, v. 11, n. 1, p. 6-22, 2013.

PARASKEVA, J. M. O Que Aconteceu Com a Teoria Crítica do Currículo? A necessidade de ir além da raiva neoliberal, sem evitá-la. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, ano 24, n. 41, p. 96-134, 2019.

YOUNG, M. **Conhecimento e currículo**. Do socioconstrutivismo ao realismo social na sociologia da educação. 1. ed. Porto: Porto Editora, 2010.